



Anais da Assembléia

A V U L S O

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 1.983

ANO IX

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo único — Inclua-se ao parágrafo único do artigo 74 da Constituição Estadual, a seguinte letra "c":

Art. 74 —

I —

II —

III —

Parágrafo único:

a) —

b) —

c) — a vinte e cinco anos para a servente, que nesse tempo tenha exercido afetivamente funções de limpeza e/ou preparação de merenda escolar.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1.983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Apoiamento:

NELSON VASCONCELLOS

ERONDY SILVÉRIO

MÁRCIO ALMEIDA

ROBERTO REQUIÃO

TADEU FRANÇA

RUBENS BUENO

TÉRCIO ALBUQUERQUE

IRONDI PUGLIESI

TRAJANO BASTOS

NILSO SGUAREZI

FIORI LUIZ

SÉRGIO SPADA

ANIBAL KHURY

CAÍTO QUINTANA

AMÉLIA HRUSCHKA

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

AUGUSTO CARNEIRO

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

HOMERO OGUIDO

GERNOTE KIRINUS e

uma assinatura ilegível

JUSTIFICATIVA:

Através da presente emenda constitucional, pretende-se conferir às zeladoras das escolas públicas pertencentes ao Estado do Paraná a faculdade de se aposentarem aos vinte e cinco anos de serviço.

O trabalho desenvolvido pelas serventes é dos mais penosos: limpeza diária das salas de aula e demais dependências das escolas; aplicação periódica de cera nos pisos, o que é feito manualmente sem ajuda de eletrodomésticos; limpeza periódica de pisos e paredes, também manualmente, preparo diário da merenda escolar, permanecendo horas seguidas em torno de fogões, alguns até improvisados.

O desgaste físico sofrido pelas serventes é tão acentuado que se multiplicam os casos de doenças da coluna que mantêm muitas delas afastadas do trabalho por diversas semanas.

Percorrer as escolas do interior do Paraná implica em conhecer um quadro assustador: mulheres quase inválidas arrastando-se para encerar, lustrar e lavar pisos de salas de aula. O índice de serventes doentes aumenta e é comum numa escola onde são necessárias cinco ou seis serventes, encontrarmos apenas três trabalhando: umas estão doentes, outras gozam férias e, não raro, outras aguardam aposentadoria.

Assim, é justo que se confira a essas abnegadas trabalhadoras o direito de, após 25 anos de efetivo exercício de tão penosa função, aposentarem-se.